

NOTA DE PEPÚDIO

Nós, entidades abaixo relacionadas, repudiamos veementemente o processo de precarização do Setor Elétrico Brasileiro que vem sendo promovido pelo atual governo federal através da chamada privatização das empresas do grupo Eletrobras. Entendemos que a sociedade brasileira merece ser tratada com mais respeito e informações claras sobre um dos principais meios de organização da atividade produtiva e promoção do bem estar das pessoas de qualquer país, o serviço público de energia elétrica. Energia elétrica não é mercadoria, mas um serviço público contínuo que requer regulação rigorosa. Sem investimentos seguros em energia não há produção ou atividade econômica confiável. O Estado brasileiro está prestes a entregar ativos em energia que são marcos geográficos importantíssimos para o país, num processo açodado que não considera a complexidade das questões técnicas envolvidas. Existem indefinições regulatórias importantes a serem analisadas que podem colocar em colapso o abastecimento de populações inteiras no médio prazo.

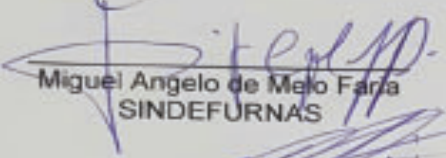
Reunidos num lugar importante para uma ocasião importante, a sede da Usina de Furnas, instalação mãe da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., cuja construção se iniciou em 1957 e concluída em 1960, um marco dos mais significativos na engenharia do Brasil, entendemos que a transferência de ativos estratégicos e que asseguram a soberania nacional para as mãos de investidores privados, cujo compromisso é o lucro, é uma priorização do interesse especulativo financeiro privado sobre o interesse público. Os investidores querem retorno do dinheiro investido e entendemos ser uma traição ao país o governo planejar abrir mão de um condomínio de geradoras e transmissoras de energia elétrica mais barata para atender interesses do capital privado que não poupará o consumidor e terá pouco ou nenhum interesse nas questões socioambientais. Entendemos que é fundamental a sociedade brasileira ter o retorno dos bilhões em recursos públicos aplicados nesses ativos de energia, ao longo de 70 anos, e que, de forma complexa e estruturada geram outros trilhões em produção e desenvolvimento econômico para o país. Somos contra a transferência de controle de nossos maiores e melhores feitos nacionais em infraestrutura para as mãos de pessoas que vão cobrar mais caro no pedágio do conforto da sociedade brasileira no acesso à civilização, que levarão de brinde as maiores reservas de água potável do mundo, o que significa também o domínio físico de quase todas as principais bacias hidrográficas. Opomo-nos ao desmonte da indústria nacional e entendemos que o encarecimento do insumo mais básico de qualquer atividade capitalista, por mero capricho ideológico de cores liberalizantes, é um insulto à inteligência dos brasileiros. Os empresários brasileiros precisam ser esclarecidos tecnicamente para perceberem que, com energia mais cara, não vão competir com o restante do mundo em seus produtos. Os custos para o mercado interno serão aviltantes e a inflação sofrerá muito pela influência dos novos preços privados da energia. Massacrada, a população mais pobre, pela falta de poder de compra, ficará assim cada dia mais pobre. Não queremos esse cenário de terra arrasada. O Estado existe para ser suficientemente forte e evitar custos desnecessários para a sociedade. As estatais dão bilhões de reais em resultado financeiro para o Estado todo o ano, na forma de dividendos para o acionista majoritário, a União, os cofres do Tesouro Nacional. Entendemos que todo esse resultado financeiro deve retornar à sociedade, seja por novos investimentos, seja na manutenção dos ativos mais antigos e consolidados, que geram eficiência energética, empregos, renda e futuro para milhares de famílias. Os números mostram o poder financeiro das Estatais e o quanto elas podem ser mais rentáveis ainda. A qualidade dessa infraestrutura depende exclusivamente de regulação forte e técnica, com nenhuma ingerência de interesses escusos ou especulativos. O governo deve atender a quem financia seu poder, o povo, e ao melhor interesse coletivo e público.

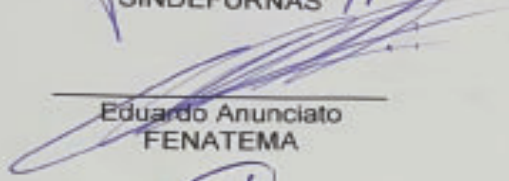
Repudiamos o desmonte das políticas públicas em energia elétrica no Brasil que está representado nesse processo de privatização da Eletrobrás e reforçamos nossa postura de defender o patrimônio nacional, os bons empregos para os brasileiros e justiça social para todos que são diretamente impactados pelas empresas do grupo Eletrobrás.

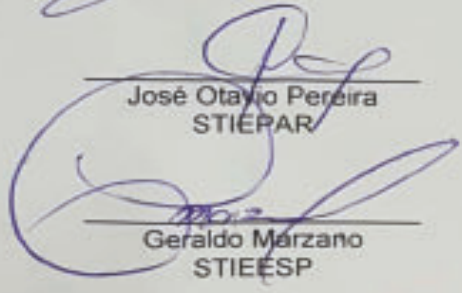
Sindicato dos Eletricitários de Furnas e DME - SINDEFURNAS


Assinam este documento as seguintes entidades:



Agenor de Oliveira
ILUMINA



Miguel Angelo de Melo Faria
SINDEFURNAS



Eduardo Anunciato
FENATEMA

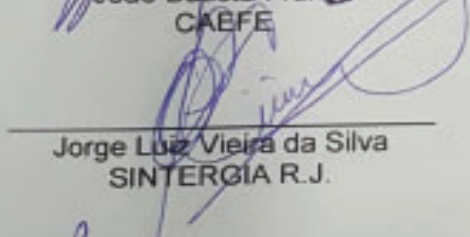

José Otávio Pereira
STIEPAR

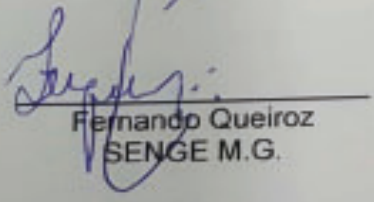

Geraldo Marzano
STIEESP



Rafael Oliveira
STINNEEF

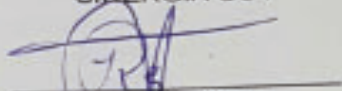

Victor Costa
ASEF

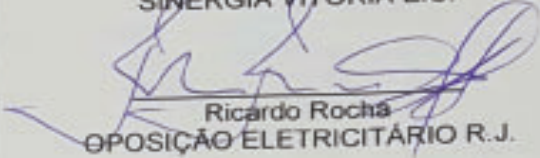

João Batista Franco
CAEFE

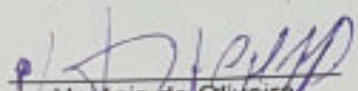

Jorge Luiz Vieira da Silva
SINTERGIA R.J.

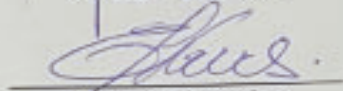

Fernando Queiroz
SENGE M.G.

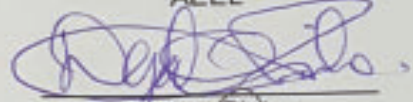

Delson Ramos Ferreira
SINERGIA CUT

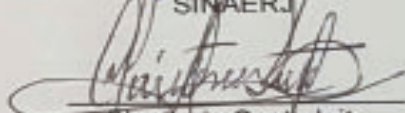

Renato Vilaça
SINERGIA VITORIA E.S.

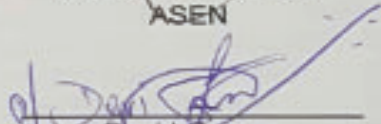

Ricardo Rocha
OPOSIÇÃO ELETRICITÁRIO R.J.

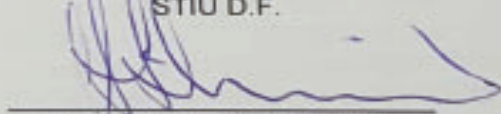

Horácio de Oliveira
APÓS FURNAS


Emanuel Mendes
AEEL


Djalma Pinho
SINAERJ


Cláudio Costa Leite
ASEN


David Gomes
STIU D.F.


Carlos Augusto da Silveira
SINEFI

Água e energia não são mercadorias!

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DE FURNAS E ELETROBRAS